

EMPREGO DOS DEMONSTRATIVOS ESTE, ESSE, AQUELE NA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Luiz Soares de Lima

I – INTRODUÇÃO – O EMPREGO DESTES DEMONSTRATIVOS NO PORTUGUÊS ATUAL DO BRASIL

Antes que me sejam feitas objurgações sobre uma pretensa relação de causa e efeito entre a Carta de Caminha e o Português do Brasil, apresso-me a dizer que considero espúrio e destituído de comprovação tal relacionamento e esclareço que a aproximação entre o título da presente pesquisa e o de sua introdução é de um tipo bem diferente do acima referido.

É evidente, no entanto, que estas duas proposições estão entre si relacionadas, o que será mostrado – como espero – pelo emprego atual dos referidos pronomes *este* e *esse* sem a rigidez da diferenciação presente nos começos da língua, abrandamento este que já irá aparecer, ou ao menos já será renunciado em alguns ou muitos casos, nunca suficientemente explicados do Português Quinhentista e, por via de consequência, na Carta de Caminha; tal fato será objeto de considerações no decorrer do presente trabalho.

Indiferentes ao desgaste que muitos séculos de uso operaram sobre normas gramaticais vigentes na Idade Média, nossos livros didáticos para o ensino da língua portuguesa, neste final de século, são taxativos quando tratam do emprego de *este*, *esse*, *aquele*, referidos obrigatoriamente – assim doutrinam estes mestres – a cada uma das pessoas do discurso. São poucos os que acrescentam a ressalva do emprego baseado em aspectos psicológicos, embora estes ensinamentos constem de nossas melhores gramáticas normativas.

Igualmente taxativo é nos tempos modernos, o ensinamento do uso de “esta/essa repartição ou empresa” em oposição a “este/esse órgão” na correspondência oficial e comercial, como consta dos manuais preparatórios dos concursos promovidos, em outros tempos, pelo DASP. Vale aqui registrar que estes ensinamentos foram verdadeiramente absorvidos pela quase totalidade dos cursistas dos referidos preparatórios; o mesmo, no entanto, não se pode dizer dos nossos alunos do ensino seriado, por mais que seus professores nos esforcemos para que ponham em prática o que sobre a matéria lhes ensinamos, aliás, de fácil compreensão e aceitação por parte destes educandos.

De minha experiência em décadas de docência nos três graus do ensino, cheguei à conclusão da quase inutilidade de tais ensinamentos gramaticais, pois meus alunos continuavam a fazer uso indiferenciado de *este* e *esse*, sem que jamais eu tenha podido descobrir os motivos subjacentes a este tópico da “Grammaire des Fautes”; levemente, apenas levemente, me pareceu que predominava o aspecto eufônico que os levava a evitar, principalmente na fala, encontros desagradáveis do tipo “*este tipo*” ou “*esse sábio*”, substituídos – qualquer que fosse a projeção dêitica ou anafórica – por “*este sábio*” e “*esse tipo*”.

Esta matéria já mereceu a atenção dos doutos e eruditos. Sabe-se que a oposição tripartite nos demonstrativos é herança latina, baseada no clássico “*hic - iste - ille*”; houve um momento, no entanto, em que “*hic*” passou a indicar preferencialmente a localização próxima ao falante, quando, então, se processou uma acomodação geral, ou seja, “*iste*” assumiu também as funções de primeira pessoa; pouco a pouco assumiu-as de todo e perdeu as correspondentes de 2ª pessoa, logo preenchida, esta casa vazia, pelo demonstrativo de identidade “*ipse*”, restabelecendo-se o esquema ternário com a formulação “*iste, ipse, ille*” para as três pessoas do discurso. Foi este esquema, embora enfraquecido, mas ainda vigente no Latim Vulgar, que passou para algumas línguas neolatinas, entre as quais o Português, no qual viveu por muitos séculos e ainda vige na norma culta portuguesa e também na brasileira, muito embora sérias ressalvas já lhe tenham sido feitas, alicerçadas no registro coloquial.

No Português do Brasil, estas ressalvas foram se tornando cada vez mais fortes a tal ponto que Nascentes, com a coragem que lhe conferiam a profundidade e a seriedade de seus muitos estudos, contrariou o ensinamento oficial e declarou a equivalência de “*este e esse*” no Português do Brasil contemporâneo; embora sem apoio estatístico, baseado apenas no que lhe parecia, afirmou o uso preferencial de *este* “por ser de primeira pessoa e indicar maior proximidade que *esse*”. Tudo isto se encontra na contribuição que apresentou na “Miscelânea Filológica em honra à memória do Professor Clóvia Monteiro” (Rio, 1965), sob o conciso título “Este, Esse”.

Depois de Nascentes se tornou mais fácil a aceitação de opiniões sobre o não-funcionamento da oposição dos demonstrativos. Assim, não tardaram a aparecer novos depoimentos, entre os quais emerge o de Mattoso Câmara sobre o que ocorria na prática lingüística da área do Rio de Janeiro. Em sua “História e Estrutura da Língua Portuguesa” (Rio, Padrão, 1975, p. 103), apresentou Mattoso brilhante estudo já antecipado em “Estrutura da Língua Portuguesa” (Petrópolis, Vozes, 1970, p. 112), e que é o seguinte:

- depois de historiar o surgimento do esquema “*iste-ipse-ille*” no latim, explica o restabelecimento da oposição ternária, válida apenas no plano dêitico;
- no plano anafórico, esta oposição, já enfraquecida e apenas remendada, como se viu, não tem justificativa, pois neste plano a oposição verdadeira é, como explica, “entre o âmbito contextual do momento da comunicação e quaisquer outros, anteriores ou posteriores, de que o falante se acha atualmente afastado”; neste plano anafórico a oposição *este/esse* “é uma mera convenção fora da realidade lingüística”;
- No Brasil, acrescenta Mattoso, a oposição anafórica *este/esse* inexistente e *este*, quando aparece, nada mais é do que uma variante enfática de *esse*;
- o sistema tripartido “está se tornando inseguro” e a tendência é a predominância do bipartido com o emprego preferencial de *esse* sobre *este*.

Mais recentemente – a primeira edição do original é de 1975 – Paul Teyssier, em seu “Manual de Língua Portuguesa”, recentemente traduzido para o português e editado pela Coimbra Editora Limitada, ampliou o que sobre a matéria ensinara em sua já clássica “História da Língua Portuguesa”, ou seja, que o português arcaico mantivera o sistema ternário dos dêiticos latinos, modificando-lhes, porém, a forma; na língua atual do Brasil, porém, ao menos na sua modalidade falada, ensina Teyssier, o sistema ternário se transformou em binário, com proveito de *esse* sobre *este*; acrescenta ainda que este fato da oralidade já se manifesta também na língua literária daqueles autores que se valem da língua espontânea; por fim, abona tudo o que disse com exemplo pedido a Jorge Amado, em “Os Pastores da Noite”.

Há, portanto, uma coincidência no que ensinam Nascentes, Mattoso e Teyssier quanto à simplificação atual do sistema de nossos pronomes demonstrativos dêiticos e anafóricos, com predominância de *esse* sobre *este* (Mattoso e Teyssier) e de *este* sobre *esse* (Nascentes).

Por mais categorizados que sejam os autores até aqui nomeados e seus ensinamentos, outros há, em discordância do que estes doutrinaram, abonados por nomes não menos célebres e respeitados. Na verdade, os princípios para o emprego diferenciado de *este e esse*, estabelecidos por Said Ali são bem mais rígidos e muito menos concessivos, princípios que sintetizou a partir de exemplos por ele colhidos em Camões, Gil Vicente, Fernão Mendes Pinto, Frei Luís de Sousa, Vieira, Herculado, Garrett, Júlio Dinis e Eça de Queirós.

Resumidamente, é esta a posição de Said Ali, exposta em sua “Gramática Histórica” (p. 99 e ss.):

1) Em função dêitica, ou seja, quando o pronome indica a situação de pessoas e coisas ou o momento da ação:

- referidas a quem fala: usam-se ESTE/ISTO

– referidas à pessoa com quem se fala, ESSE/ISSO.

Explícita, a seguir, casos diversos em que a aproximação com o falante pode ser maior ou menor, ou simplesmente fabricada pela imaginação; de igual modo, pode referir-se ao falante o tempo mais ou menos longo desde que abranja o momento em que ele fala e exemplifica com a expressão *esta noite* que “pode referir-se tanto à noite passada, como à vindoura”.

2) **Em função anafórica**, ainda segundo Said Ali, *este/isto* se referem ao que o falante disse anteriormente, ao que acabou de dizer ou vai anunciar a seguir; dentro deste mesmo esquema, *esse/isso* ao que, nas mesmas circunstâncias, fez o ouvinte.

Diga-se de passagem que Said Ali apenas sistematizou – e o fez brilhantemente – a doutrina gramatical sobre a matéria, que era a tradicional, como se pode ver, entre outros, em Moraes, nos verbetes ESTE e ESSE, a seguir transcritos:

“Este – (...) Limita a extensão do nome, a que se ajunta, designando-o pela circunstância de estar a cousa presente e próxima da pessoa que fala, ou no seu próprio corpo.”

“Esse – (...) Limita a extensão do nome, a que se ajunta, pela circunstância de achar-se o objeto que representa próximo da pessoa a quem se fala ou escreve, ou no corpo desta mesma pessoa, ou de ter com ela relação, ou ter sido por ela antes nomeado.”

Com base nos ensinamentos de Said Ali, seu mestre, o Prof. Evanildo Bechara – mestre de muitos de nós – produziu um importante estudo da atualidade desses ensinamentos, procurando aplicá-los a um texto da língua contemporânea, para o que escolheu o livro de Fernando Sabino “A Mulher do Vizinho”; consta este estudo de uma palestra que proferiu no “Romanische Seminar”, da Universidade de Bonn, a convite do Prof. Harri Meier, e publicada posteriormente em LITTERA, nº 5, Ano II, maio/agosto, 1972. É difícil resumir as conclusões do mestre, mas, de um modo geral, constatou que “raríssimas são as vezes que Fernando Sabino deixa de refletir a lição geral da gramática normativa”.

II – NA CARTA DE CAMINHA

A meio caminho entre o romance lusitânico, que conservou o sistema ternário latino, e a tendência atual de neutralizar a oposição entre *este e esse* e firmar o esquema binário *este/esse//aquele* temos um texto relativamente curto, como é o da Carta de Pero Vaz de Caminha, em que todos os casos podem ser estudados, ao invés de serem pinçados do texto somente aqueles que servem aos propósitos comprobatórios do autor. Foi esta comprovação de meio caminho na História da Língua que pretendi fazer no presente trabalho.

A representatividade do texto da Carta em relação à língua da época pode ser bem situada se considerarmos que:

- a) “Os Lusíadas” – o grande divisor de águas e catalizador das tendências lingüísticas de sua época – ainda não tinham sido produzidos;
- b) o “stil nuovo”, que Sá de Miranda iria implantar, ainda não tinha acontecido;
- c) o texto de 1500 não tem contemporâneos exatos, mas se coloca na mesma perspectiva lingüística e cronológica do Cancioneiro Geral, Menina e Moça e do início da produção vicentina;
- d) as novidades lingüísticas eram as que tinham sido aceitas pela Corte, que adotara as do Centro e Sul do reino em prejuízo das que a Reconquista trouxera do Norte, de onde partira.

Caminha ainda preferia as características lingüísticas do Norte, de onde era originado, e não adotara as que já predominavam no eixo Coimbra-Lisboa. Sua linguagem ainda possui sabor arcaico, embora sem o ranço dos primeiros séculos da língua; suas características lingüísticas a situam no período arcaico-médio, que vai, segundo Bechara, em sua tese de concurso para a UFF, do primeiro quartel do século XV ao primeiro do século XVI.

É, pois, neste tipo de língua já saída da arcaicidade maior das marcas registradas que os Cancioneiros consagraram, mas ainda não bafejada pelas inovações que o Renascimento já introduzira alhures que iremos estudar a prática dos pronomes demonstrativos *este, esse, aquele*.

Caminha empregou 42 vezes ESTE (deste, neste) / ISTO (nisto) e 30 vezes ESSE (desse, nesse) / ISSO (disso).

1) Para ele, eram ESTE e ISTO:

- a) *o mar de longo, a navegação e seu prosseguimento:*
- Fl. 1,14 - "terra noua que se ora *neesta* navegaçam achou";
 - Fl. 1,29 - "Easy seguymos nosso caminho per *este* mar de longo";
 - Fl. 12v.,13 - "trautando ěfim dapregaçom *deste* voso prosegumêto";
- b) *a terra nova descoberta, onde o escrivão se encontrava, o ilhéu aonde foram, a maneira pela qual deu a notícia do achamento e os presentes que o capitão mandou:*
- Fl. 1,2 - "anoua do achamento *desta* vossa terra noua";
 - Fl. 5,19 - "(tratou) do achamento *desta* terra";
 - Fl. 5v.,32 - "*neeste* ilheo onde fomos ouvir misa";
 - Fl. 6,9 - "mandar a noua do achamento *desta* terra a vosa alteza";
 - Fl. 9,33 - "seg vosa alteza todas *estas* cousas vera por que ocapitã volas ha de mandar";
 - Fl. 10,1 - "me parece que avera *neesta* terra muytos";
 - Fl. 13v.,31 - "E *neesta* maneira Sor dou aquy avosa alteza doque *neesta* vosa terra vy";
- c) *a nau capitânia, onde ele estava, e toda a frota:*
- Fl. 1,14 - "postoque o capitam moor *desta* vossa frota";
 - Fl. 1v.,20 - "evieram logo todolos capitaaes das naaos *aesta* naao do capitam moor";
 - Fl. 3v.,9 - "vieram os capitaaes todos *aesta* naao do capitam moor";
 - Fl. 9,10 - "casas as quaes deziã que erã tam compridas cada hũa *comesta* naao capitana";
 - Fl. 10v.,9 - "e em querendo ocapitã sair *desta* naao...";
- d) *a ancoragem e o porto de onde Caminha avaliou o tamanho da terra e escreveu a Carta:*
- Fl. 1v.,16 - "e chegaríamos a *esta* ancoragem...";
 - Fl. 13v.,3 - "de que *deste* porto ouvemos vista sera tamanha que...";
 - Fl. 14,12 - "*deste* porto seguro da vosa ilha de vera cruz".
- e) *os dois degradados que, em uma única oportunidade e por duas vezes, são "estes", o que nos leva a pensar que estavam ali por perto:*
- Fl. 6,19 - "e leixar aquy por eles outros dous *destes* degradados";
 - Fl. 6,26 - "dous homeês *destes* degradados que aquy leixasem...";
- f) *alguns índios, suficientemente caracterizados, presentes, real ou mentalmente, ao escrivão, vistos, como diria Said Ali, "como imagens nítidas do primeiro plano":*
- Fl. 4v.,10 - "*este* que o agasalhou era ja de dias";
 - Fl. 5v.,15 "*este* que os asy amdava afastando trazia seu arco e seetas...";
 - Fl. 7,26 - "trazia *este* velho o beicho tam furado que...";
 - Fl. 6,16 - "preguntou mais se seria boo tomar aquy per força um par *destes* homeês...";

- g) *o cargo de escrivão da feitoria de Calecute, em que estava Caminha comissionado:*
 – Fl. 14,5 – “E pois Sñor he certo que asy *neeste* careguo que levo...”;
- h) *o tempo presente e os dias anteriormente citados:*
 – Fl. 13v.,8 – “por q̄ *neeste* tempo dagora asy os achamos
 – Fl. 1v.,2 – “e *neeste* dia aoras de bespera...”: o dia era 2ª feira, citada na primeira linha.
- i) *palavras e fatos já referidos e indicados pela forma neutra e genérica “isto”:*
 – Fl. 3,28 – “*Isto* tomauamonos asy polo desejar...”;
 – Fl. 6v.,1 – “acabado *isto* dise ocapitam que fosse nos batees em terra”;
 – Fl. 12v.,28 – “e *isto* acabado era ja bemhuia ora depois de meo dja”;
 – Fl. 13,25 – “acabado *isto* fomos asy perante eles baijar acruz”;
 – Fl. 8,20 – “e *isto* me faz presumir que nõ teem casa nẽ moradas”;
 – Fl. 4,14 – “e *nysto* comcrudiram”;
 – Fl. 12,13 – “aly andando *nysto* vijnram bem cl ou mais”;
- j) *fato a ser referido e que foi indicado por “isto” na sua forma arcaica “esto”:*
 – Fl. 6,20 – “a *esto* acordaram que nõ era necessareo tomar per força homeês...”;

2) Dentro desta mesma perspectiva, para Caminha eram ESSE e ISSO:

- a) *o cuidado que os pilotos deviam ter:*
 – Fl. 1,14 – “e os pilotos devem ter *ese* cuidado”;
- b) *os marinheiros que foram até a taba:*
 – e segº *dezi*am *eses* que la foram...”;
- c) *os índios que estavam na taba e também os que andavam por ali, com os quais Caminha não se misturou:*
 – Fl. 5,33 – “e aly se metiam iiii ou b ou *eses* que queriam”;
 – Fl. 12v.,15 – “*eses* que apreçã sempre estiveram...”
 – Fl. 11,21 – “*Esses* x ou xij que hy estavam...”;
- d) *o sertão lá longe:*
 – Fl. 10,9 – “nõ douydo que per *ese* sartão ajam muitos”;
- e) *os religiosos, que são sempre “esses”, e que formavam um grupo ao qual o escrivão não pertencia e do qual guardava distância:*
 – Fl. 12,6 – “cõ *eses* rrelegiosos e sacerdotes diante cantando...”;
 – Fl. 12,17 – “/missa) a qual foi cantada e ofeçada per *eses* já ditos”;
 – Fl. 12,30 – “comungaram *esses* rrelegiosos e saacerdotes”;
- f) *os arcos, o inhame, as sementes que os índios traziam e a lenha que ajudaram a carregar, referidos em construção paritiva:*
 – Fl. 6v.,16 – “eles dauam *dese*s arcos com suas seetas”;
 – Fl. 11,3 – “acaretauam *desa* lenha quanta podiam...”;
 – Fl. 11v.,10 – “nẽ comẽ se nõ *dese* inhame que aqy ha muyto e *desa* semente e frutos que atera e aruores de sy lançam”;
- g) *fatos anteriormente citados e expressos por “isso”:*
 – Fl. 1,5 – “nom leixarey tam bem de dar *disso* minha conta avossa alteza”;
 – Fl. 2,34 – “por ser homẽ vyui e deestro pera *yss*o”;
 – Fl. 2v.,8 – “e estam acerqua *disso* com tanta ynocencia”;
 – Fl. 6v.,28 – “ca me parece que nõ entedem nẽ tomam *dysso* c. to mas...”;
 – Fl. 8v.,13 – “e por *yss*o sam asy esquyvos”;
 – Fl. 9v.,14 – “que se omtẽm pera *yss*o cortou”;
 – Fl. 11v.,19 – “fazianse logo prestes pera *yss*o ã tal maneira que...”;
 – Fl. 12v.,27 – “vijnhã *ajss*o muitos...”;
 – Fl. 13,10 – “e pera *yss*o se alguem vjer...”;

3) **AQUELE / AQUILLO** – é o que está fora do campo do falante e do ouvinte, no âmbito do discurso; como anafórico se refere ao que já foi dito há mais tempo ou em outro contexto lingüístico. Seu uso muito raramente interfere com o de “*esse/isso*” e nunca com o de “*este/isto*”.

Para Caminha, são **AQUELE / AQUILLO**:

a) *referências feitas aos índios e a seus pertences:*

- aos que se achavam afastados no espaço e no tempo: Fl. 3v.,22; 6v.,25; 12v.,31; 12v.,2;
- aos dois que se pretendeu tomar à força e mandar para Portugal: Fl. 2,36;
- aos seus arcôs: Fl. 4,11;
- às moças índias: Fl. 4v.,15;
- à tintura que usavam: Fl. 7,8;
- à carne que lhes deram para comer: Fl. 9,21;
- à comida por eles rejeitada: Fl. 3,16;
- ao buraco no beijo de um deles: Fl. 7,29;
- à “encarna” dos índios: Fl. 4,10;

b) *a voz do celebrante e a dos religiosos:* Fl. 5,9;

c) *as contas citadas anteriormente:* Fl. 6v,31;

d) *os ouriços verdes que pareciam de castanheiros:* Fl. 8v.,27;

e) *o rio lá longe:* Fl. 12v.,16;

f) *a ribeira do mar e a pequena ilha:* Fl. 7v.,26 e 5,1/6;

g) *os navios pequenos que estavam ancorados distantes da nau capitânia:* Fl. 2,31;

h) *indicação de tempo passado:* Fl. 3v.,33.

4) ESTUDO DE ALGUNS CASOS DUVIDOSOS

As dúvidas se situam no emprego de *este* em oposição a *esse*, embora, não raro, se estendam até *esse/aquele*, dúvida – repito – dos motivos que teriam levado o escritor a preferir um ao outro; como nos ensinou Said Ali, o escritor pode conferir ao objeto distante uma aproximação mental, e determiná-lo por *este*, ou vice-versa, para o que certamente tinha razões e motivos que o leitor e o intérprete precisam procurar e desvendar, caso existam. A aproximação prevista por Said Ali está consubstanciada nestas suas palavras:

“Por outras palavras: com o pronome *este* a imaginação aproxima de nós coisas na realidade afastadas; com o pronome *esse* arreda ou afasta de nós coisas que estão ou poderiam estar próximas.” (GH, 103)

O emprego de *este/esse* atende, portanto, a motivações subjéctivas, além das objectivas; na Carta de Caminha, os motivos da inversão de uso ou da multiplicidade de usos nem sempre transluzem de imediato; podem ser procurados, mas, por vezes, a razão mais convincente com que o pesquisador se depara é mesmo o reconhecimento puro e simples de que, em seu tempo, a diferenciação de uso *ia* além das regras formuladas em nosso tempo, para a dêixis e a anáfora; pode-se também concluir que, já naquela época, a rigidez de tais regras não era tanta, ou seja, que algum processo de neutralização já estava em curso e – pelo que nos foi dado perceber na Carta – em proveito de *esse* sobre *este*, tendo em vista que a dúvida, nestes casos que vamos estudar, se insere na perplexidade em que ficamos com o imotivado emprego de *esse/isso* e nunca quanto ao emprego de *este/isto*.

Passemos ao estudo destes casos:

a) *a alcatifa e a areia* em que todos estavam assentados, inclusive Caminha, não podiam estar mais próximas no tempo e no espaço; no entanto, para o escrivão era *essa* e não *esta*, como

se vê dos seguintes textos:

Fl. 2v.,35 – “e nos outros que aquy na naao cõ ele himos asentados no chão por *essa* alca-tifa...”;

Fl. 5,16 – “e nos todos lamçados per *essa* area...”;

São possíveis outras interpretações, inclusive a de que sentar-se no tapete ou ajoelhar-se na areia não fossem do agrado de Caminha, mais afeito a comodidades próprias de sua idade e posição social. Temo, porém, se admitirmos a validade de tal explicação, estejamos forçando o texto que, a meu ver, não nos permite esse tipo de divagação.

b) o *arvoredo* por onde foram folgar em companhia do capitão, é *este* no início e *esse* no final:

Fl. 11,7 – “foy o capitã com alguũs denos huũ pedaço per *este* arvoredo ataa huũa rri-beira grande e de muita agoa que anoso parecer era *esta* meesma que vem tẽer aa praya em que nos tomamos agoa./aly jouemos huũ pedaço bebendo e fol-gando ao longo dele *antrese* arvoredo que he tanto e tamanho e tam basto e de tantas prumajẽes que lhe nõ pode homẽ dar conto.”

Este *arvoredo* descrito com tantos pormenores não pode ser incluído entre as “imagens mais apagadas do segundo plano”, como Said Ali caracterizou as que devem ser indicadas por *esse*; ora, são precisamente estas “imagens nítidas de primeiro plano” que no final do texto são assinaladas por *esse*, em oposição a *este* do início do parágrafo, que não é descrito com tantos pormenores.

Não faltará quem pretenda justificar o emprego de *este* por ter sido a parte do *arvoredo* percorrida, enquanto o restante, embora descrito, não teria sido percorrido. Se aceita, esta expli-cação certamente justifica o ponto de vista do autor, mas deixa dúvidas sérias sobre o que real-mente aconteceu, ou seja, se foi esta a intenção do autor, ou, como parece, se foi uma preferên-cia imotivada.

c) o mesmo poder-se-á dizer da *mata* referida em:

Fl. 9v.,31 – “em quanto andauamos *neesa* mata acortar alenha atrauesauam alguũs papa-gayos per *essas* aruores...”

É fácil admitir que Caminha não tenha cortado lenha: outros o fizeram. Mas ele estava na mata e deve ter visto os papagaios que voavam entre as árvores, ali bem por perto dele: visão de primeiro plano. Por que, então, *essa mata/essas árvores* e não *esta/estas*?

Propositadamente o autor as afastou para um plano secundário e impreciso – que o texto não favorece – ou simplesmente o autor fez uma preferência que não se coaduna com as normas atuais de emprego destes determinativos?

e) referências de interpretação ainda mais penosa são as que foram feitas a dias, que ora são *estes*, ora são *aqueles*, e as noites que são *estas*, *essas* e *aquelas* sem que os motivos desta diferenciação sejam suficientemente claros para sujeitar a preferência às normas estabelecidas e às próprias vacilações conotativas.

Vamos aos textos com a palavra *DIA*:

– Fl. 1,19 – “e aly andamos todo *aquele* dia em calma”;

– Fl. 1v.,2 – “e *neeste* dia aoras de bespera...”;

– Fl. 8v.,18 – “*neeste* dia os vimos de mais perto”.

Comentário – Se admitirmos, com Jaime Cortesão (p. 87, nota 11) que a primeira parte da Carta foi escrita, como parece muito provável, no dia 24 de abril e sua continuação nos dias 26, 27, 28 e 30 e no dia 1º de maio, os dias acima referidos passam a ter a seguinte configuração no contexto cronológico:

– o dia da fl. 1.19 era o sábado seguinte à partida, portanto, 14 de março, quando a frota se achava à altura das ilhas Canárias;

– o dia da fl. 1v.,2 era a quarta-feira, 22 de abril, quando foi avistado o Monte Pascoal;

– o dia da fl. 8v.,18 era a segunda-feira seguinte, quando foi dado aos mareantes ver os índios de mais de perto e mais à vontade.

Os dois dias acima referidos já eram passados quando Caminha decidiu escrever ao rei e o último foi relatado na noite do dia em que ocorreu o fato: todos, portanto, já eram conclusos em relação ao tempo da narrativa, mas somente o primeiro foi indicado por *aquele*, isto porque a vista das Canárias, com mais de um mês de ultrapassadas, já era fato conhecido de muitos outros navegantes, ao passo que os sinais da terra nova e a maior aproximação física com seus exóticos habitantes foram repostos em primeiro plano e descritos com minúcias; por isso, usou adequadamente o escrivão *aquele* para o dia já longínquo e *este* para os dias em que a informação ainda era notícia de primeira página.

Com a referência NOITE são os seguintes os textos:

- Fl. 9,5 - "aos degradados mandou que ficasem la *esta* noute";
- Fl. 11v.,28 - "os quaes foram *esta* noute muy bem agasalhados";
- Fl. 13,30 - "dous grometes que *esta* noute se saíram";
- Fl. 10v.,1/6 - "mandouos *esa* noute muy bem pensar e cuçar e comeram toda vianda que lhes deram e mandoulhes fazer cama de lençooes seg^o ele disse e dormjram e folgaram *aquela* noute e asy nõ foy mais *este* dia que pera screpuer seja";
- Fl. 1v.,10 - "aly jouuemos toda *aquela* noute".

Comentários

- A noite da fl. 9,5 é a do dia 27 de abril, já referido em fl. 8v.,18, aqui já comentada. Ao escrever as ocorrências do dia, Caminha as tinha bem presentes, quer o dia, em que lhe foi dado ver de perto os índios, por isso *este*, quer a noite deste mesmo dia, a mais próxima, por isso *esta* noite;

- a noite da fl. 11v.,28 é a de 30 de abril, quinta-feira, quando foram bem agasalhados na nau capitânia dois índios já conhecidos, fato ocorrido precisamente naquela noite, em cujo decorrer, Caminha registrou o acontecido;

- a noite da fl. 13,30 é a do dia 1^o de maio, sexta-feira, véspera da partida; a fuga dos dois grumetes só foi notada à noite, na própria ocasião em que Caminha fazia os registros do dia;

- a noite da fl. 10v.,1/6 é a do dia 29 de abril, dia do transbordo da carga do navio de mantimentos para os demais, dia, pois, de muitos trabalhos e percalços, mas também de poucasíssimas ocorrências: segundo Cortesão, nesta noite Caminha nada escreveu, fazendo-o, porém, na noite seguinte, ou seja, a 30 de abril. Este fato justificaria o *essa* noite, que já era a de ontem; o afastamento maior até atingir as proporções de *aquela* noite para designar a mesma noite já determinada por *essa*, talvez se justifique também pelo afastamento mental maior em *aquela* noite por causa da conformativa "segundo ele disse", referido ao testemunho de Sancho de Tovar.

Assim, temos dois planos de referência neste parágrafo:

- no primeiro Caminha registrou o que soube ter acontecido na noite anterior, indicada por *essa*;
- no segundo plano, anotou o que soube pelo que lhe disse Sancho de Tovar e marcou esta maior afastamento pelo emprego do demonstrativo mais distante *aquele*.

III - CONCLUSÃO

Da Carta de Caminha muitos tópicos poderiam ser extraídos e apresentados como exemplos abonadores do emprego diferenciado de *este/esse*; tal fato balizaria, na dimensão do tempo, um tipo de uso em que a dita oposição ainda era absolutamente válida.

Ocorre, porém, que, ao invés de serem pinçados apenas alguns exemplos, neste trabalho se fez o estudo de todos os casos em que os referidos demonstrativos foram empregados. Disto resultou que o uso de *este* sempre pôde ser justificado pelo elenco de regras ainda hoje vigentes; o mesmo não se pode dizer, no entanto, em relação a *esse* que, dentro de um universo relativa-

mente pequeno, como é a Carta de Caminha, apresenta alguns casos de emprego duvidoso, ou seja, sem apoio claro nas aqui já referidas regras gramaticais.

Isto nos leva à procura dos motivos que teriam levado o escrivão a tal escolha, motivos que, sinceramente, não consegui identificar, inclinando-me, por isso, a admitir que na época já começava a se apagar a diferença entre *este* e *esse*, cabendo ao usuário a escolha de um ou outro, segundo lhe parecesse mais consentâneo.

Caminha, quando preferiu, privilegiou *esse* sobre *este*, preferência que, séculos depois, viria a ser detectada também por Mattoso Câmara e Paul Teyssier no Português do Brasil.

Tenho, pois, que a neutralização da oposição entre *este* e *esse*, já constatada no Português atual, não é uma novidade completa, possivelmente nem é mesmo uma novidade, pois já nos primeiros inícios do século XVI este processo de apagamento da diferença já estava em curso, como se pode depreender do estudo destes pronomes no texto da Carta de Pero Vaz de Caminha.

OBRAS CONSULTADAS

1. Bechara, Evanildo C. *Sintaxe dos demonstrativos em "A Mulher do Vizinho"* de Fernando Sabino. In "LITTERA", nº 5 – Maio/Agosto, Ano II, 1972.
2. Bechara, Evanildo C. *As fases históricas da língua portuguesa. Tentativa de proposta de nova periodização*. Tese de concurso para Titular de Língua Portuguesa na UFF, Niterói, 1985.
3. Câmara Jr., J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1975.
4. Câmara Jr., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
5. Cortesão, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.
6. Morais Silva, Antônio de. *Dicionário da língua portuguesa*. (9ª ed., 2 volumes), Lisboa, Editora Empresa Litteraria Fluminense, s/d.
7. Nascentes, Antenor. *Este, Esse*. In "Miscelânea Filológica em Honra à Memória do Prof. Clóvis Monteiro". Rio de Janeiro, 1965.
8. Pereira, Sílvio Batista. *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1964.
9. Said Ali, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1971.
10. Teyssier, Paul. *Manual de língua portuguesa. (Portugal-Brasil)*. Trad. de Margarida Chorão de Carvalho. Coimbra, Coimbra Editora, 1989.
11. Teyssier, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. Lisboa, Sá da Costa, 1987.